



DIREITO

Informações Gerais:

- Neste caderno consta um conjunto de OITO PÁGINAS contendo CINQUENTA questões.
- NÃO ABRA O CADERNO ANTES DE RECEBER AUTORIZAÇÃO DO FISCAL

Instruções

- Verifique se as seguintes informações estão corretas no cartão-resposta: nome, número de inscrição, número do CPF, área e sala. Se houver erro, notifique o fiscal;
- Nada deve ser escrito ou registrado no cartão-resposta, além de sua assinatura e da marcação das respostas. Para isso, use apenas caneta de corpo transparente, azul ou preta;
- Após ler as questões e escolher a alternativa que melhor responda a cada uma delas, cubra totalmente o espaço que corresponde à letra a ser assinalada;
- As respostas em que houver falta de nitidez ou marcação de mais de uma letra não serão registradas e não serão pontuadas para o candidato;
- O cartão-resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado;
- Não haverá substituição de cartão-resposta.

Caderno de Questões

- Ao receber autorização para abrir este caderno, verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal;
- O tempo disponível para fazer a prova e preencher o cartão-resposta é de TRÊS HORAS. Nada mais poderá ser registrado após o término desse prazo;
- Ao terminar a prova e a marcação do cartão-resposta, entregue ao fiscal este caderno e o cartão-resposta;
- Nas salas de provas, os candidatos não poderão usar relógio digital, boné ou óculos escuro, nem portar arma de fogo, fumar e utilizar corretores ortográficos;
- Será eliminado da Seleção Pública o candidato que, durante a prova, utilizar qualquer meio de obtenção de informações, eletrônico ou não;
- Será também eliminado o candidato que se ausentar da sala levando consigo qualquer material de prova sem autorização da coordenação da seleção.

1. São causas excludentes de ilicitude, EXCETO:

- a) Inimputabilidade.
- b) Estrito cumprimento do dever legal.
- c) Legítima defesa.
- d) Exercício regular do direito.
- e) Estado de necessidade.

2. São espécies de penas, de acordo com o Código Penal:

- a) As privativas de liberdade, restritivas de direito e reclusão.
- b) As privativas de liberdade, restritivas de direito e multa.
- c) As privativas de liberdade, multa e detenção.
- d) As de regime fechado, semi-aberto e aberto.
- e) Nenhuma das assertivas está correta.

3. São causas extintivas da punibilidade, EXCETO:

- a) A morte do agente.
- b) Prescrição, decadência e perempção.
- c) Retratação do agente, nos casos em que a lei admite.
- d) O perdão judicial, nos casos previstos em lei.
- e) A renúncia do direito de queixa ou o perdão aceito, nos crimes de ação pública.

4. Considera-se homicídio qualificado, EXCETO:

- a) Quando cometido por motivo fútil.
- b) Quando cometido mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe.
- c) Quando cometido com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum.
- d) Quando cometido à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido.
- e) Quando cometido contra a mulher.

5. No que se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, à Lei Maria da Penha - LMP e à Lei de Execução Penal - LEP, todas as assertivas estão corretas, EXCETO:

- a) Considera-se criança, para os efeitos do ECA, a pessoa com até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- b) Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente, entre outras, as seguintes medidas sócio-educativas: advertência, obrigação de reparar o dano e liberdade assistida.
- c) A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.
- d) São órgãos da execução penal, entre outros, o Juízo da Execução, o Ministério Público e o Conselho da Cidade.
- e) São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: a física, a psicológica, a sexual, a patrimonial e a moral.

6. No que diz respeito aos crimes contra a pessoa, assinale a alternativa CERTA:

- a) Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um quinto a um terço.
- b) Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após, comete o crime de infanticídio, com pena de detenção, de dois a seis anos.
- c) Aquele que expõe ou abandona recém-nascido, para ocultar desonra própria, comete o crime de abandono de incapaz.
- d) Não constituem injúria ou difamação punível a opinião desfavorável da crítica literária, artística ou científica, mesmo quando inequívoca a intenção de injuriar ou difamar.
- e) O querelado que, antes da sentença, se retrata cabalmente da calúnia ou da difamação, não fica isento de pena.

7. Acerca do objeto e da aplicação da Lei de Execução Penal, é INCORRETO afirmar:

- a) A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.
- b) Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.
- c) A jurisdição penal dos juízes ou Tribunais da Justiça ordinária, em todo o Território Nacional, será exercida, no processo de execução, na conformidade desta Lei e do Código de Processo Penal.
- d) Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.
- e) Esta Lei aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Comum Estadual, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

8. Com referência à Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006), marque a opção CORRETA.

- a) As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato pelo juiz, desde que o Ministério Público tenha se manifestado previamente.
- b) Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, após requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial, não podendo ser decretada de ofício pelo magistrado.
- c) Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral, excluindo o patrimonial.
- d) A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

- e) As medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente, contudo, não poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, mesmo que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados.

9. No que concerne à Lei nº. 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as afirmativas a seguir.

I. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

II. A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

III. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, exceto aos pais biológicos.

IV. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Todas as afirmativas são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e IV são corretas.
- e) Somente as afirmativas II e IV são corretas.

10. Assinale a alternativa INCORRETA. De acordo com o Código Penal Brasileiro as penas restritivas de direitos são:

- a) limitação de fim de semana.
- b) confisco temporário dos bens.
- c) perda de bens e valores.
- d) prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.
- e) prestação pecuniária.

11. Assinale a alternativa INCORRETA. De acordo com o Código Penal Brasileiro são penas de interdição temporária de direitos:

- a) suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo.
- b) proibição de frequentar determinados lugares.
- c) proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exames públicos.
- d) proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público.
- e) proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública ou privada.

12. Considerando as disposições legais contidas na Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as proposições a seguir e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) a criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- b) ao adolescente maior de quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.
- c) considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.
- d) ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- e) é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

13. Conforme o Código Civil, são relativamente incapazes a certos atos ou à maneira de exercê-los, EXCETO:

- a) Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- b) Os ébrios habituais.
- c) Os pródigos.
- d) Os indígenas.
- e) Os viciados em tóxico.

14. A respeito do Direito das Obrigações e dos Contratos, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A coisa incerta será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade.
- b) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.
- c) Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do devedor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.
- d) A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.
- e) Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro ou a prestação.

15. No que tange à posse e a propriedade, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante cinco anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.
- b) Considera-se detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- c) O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.

- d) O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.
- e) Considera-se possuidor todo aquele que tem, de fato, o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.

16. Quanto ao Direito de Família e ao Direito das Sucessões, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges.
- b) Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, porém apenas aos herdeiros legítimos.
- c) O filho havido fora do casamento pode ser reconhecido pelos pais, conjunta ou separadamente.
- d) Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.
- e) É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

17. A respeito das normas Consumeristas, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Consumidor é toda pessoa, física ou jurídica, que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- b) Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.
- c) É proibida toda publicidade enganosa, embora tolerável a que seja abusiva.
- d) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.
- e) Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

18. A respeito da prescrição, no Direito Civil, é INCORRETO afirmar:

- a) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.
- b) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- c) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- d) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.
- e) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.

19. Com referência aos contratos, no Direito Civil, marque a opção INCORRETA.

- a) A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.
- b) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.
- c) É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas no Código Civil.
- d) Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- e) Nos contratos de adesão, as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio são consideradas legais.

20. Nos termos do disposto no art. 1.521 do Código Civil, constituem impedimentos ao casamento, EXCETO:

- a) os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil.
- b) o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.
- c) os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive.
- d) o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.
- e) os afins em linha reta.

21. A respeito dos direitos da personalidade, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- b) Os direitos da personalidade são transmissíveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- c) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- d) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.
- e) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

22. Assinale a alternativa INCORRETA. São pessoas jurídicas de direito privado:

- a) as associações.
- b) as sociedades.
- c) as fundações.
- d) as organizações religiosas.
- e) as autarquias

23. A respeito da sucessão legítima, analise as seguintes proposições e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Somente é reconhecido direito sucessório ao cônjuge sobrevivente se, ao tempo da morte do outro, não estavam separados judicialmente, nem separados de

fato há mais de dois anos, salvo prova, neste caso, de que essa convivência se tornara impossível sem culpa do sobrevivente.

- b) Entre os descendentes, os em grau mais próximo excluem os mais remotos, salvo o direito de representação.
- c) Os descendentes da mesma classe têm os mesmos direitos à sucessão de seus ascendentes.
- d) Na linha descendente, os filhos sucedem por cabeça e os outros descendentes somente por estirpe.
- e) Em falta de descendentes e ascendentes, será deferida a sucessão por inteiro ao cônjuge sobrevivente.

24. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, não é considerado direito básico do consumidor:

- a) A adequada prestação dos serviços públicos.
- b) A facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova.
- c) A efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.
- d) O acesso gratuito aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.
- e) A garantia da modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

25. A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada a prática de todos os atos da vida civil, contudo, cessará em determinadas situações, EXCETO:

- a) Pelo exercício de emprego público efetivo ou comissionado.
- b) Pela colação de grau em curso de ensino superior.
- c) Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.
- d) Pelo casamento.
- e) Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.

26. De acordo com o Código Civil Brasileiro, coloque V (verdadeiro) ou F (falso) nos seguintes itens, acerca do domicílio da pessoa natural e, em seguida marque a alternativa CORRETA:

() O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela exerce sua profissão, quanto as relações concernentes à sua profissão.

() A pessoa natural que não possui residência natural, tem por domicílio o lugar onde for encontrada.

() Muda-se o domicílio da pessoa natural transferindo sua residência mesmo que esta não demonstre intenção de mudar.

() Se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos, será considerado como domicílio aquele declarado como endereço profissional.

() O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência, mesmo que não demonstre ânimo definitivo.

a) V F F F V.

b) V V F F F.

c) F V F V V.

d) F F V V V.

e) V V F V F.

27. A respeito do procedimento comum, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Aplica-se a todas as causas o procedimento comum, salvo disposição em contrário prevista no próprio Código de Processo Civil ou outra Lei.
- b) O procedimento comum aplica-se subsidiariamente aos demais procedimentos especiais e ao processo de execução.
- c) A petição inicial será indeferida quando for inépta.
- d) Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.
- e) O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 20 (vinte) dias.

28. São requisitos da petição inicial, EXCETO:

- a) O juízo a que é dirigida.
- b) O fato e os fundamentos jurídicos do pedido.
- c) O pedido, embora desnecessário suas especificações.
- d) O valor da causa.
- e) As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

29. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o Juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:

- a) Enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.
- b) Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos.
- c) Entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.
- d) Enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.
- e) Todas as assertivas anteriores estão corretas.

30. No que tange à sentença, são hipóteses em que o Juiz não julga o mérito, EXCETO:

- a) Indeferir a petição inicial.
- b) O processo ficar parado durante mais de 6 (seis) meses por negligência das partes.
- c) Verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
- d) Homologar a desistência da ação.

- e) Verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual.

31. Acerca das disposições contidas na Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, todas as assertivas estão corretas, EXCETO:

- a) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se apenas no período diurno.
- b) Não poderão ser partes o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.
- c) O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.
- d) A sentença mencionará os elementos de convicção do juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.
- e) Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado. O recurso será julgado por uma turma composta por três Juizes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

32. São recursos cabíveis, em sede de Juizados Especiais:

- a) Agravo de instrumento e apelação.
- b) Embargos de declaração e recurso inominado.
- c) Apelação e embargos de declaração.
- d) Recurso inominado e agravo de instrumento.
- e) Apelação e recurso inominado.

33. De acordo com a Lei 9.099/95, não são consideradas causas cíveis de menor complexidade:

- a) As causas cujo valor não exceda a 40 (quarenta) vezes o salário mínimo.
- b) As causas cujo valor não exceda a 60 (sessenta) vezes o salário mínimo.
- c) Ação de despejo para uso próprio.
- d) As enumeradas no artigo 275, inciso II, do Código de Processo Civil.
- e) As ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I, do art. 3º, da Lei 9.099/95.

34. Em sede de Juizado Especial Cível e Criminal, não se encontra dentre os critérios norteadores do processo, o critério da:

- a) Oralidade.
- b) Simplicidade.
- c) Economia processual.
- d) Causalidade.
- e) Celeridade.

35. A respeito do inquérito policial, nos termos previstos no Código de Processo Penal, todas as assertivas estão corretas, EXCETO:

- a) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento

de quem tenha qualidade para intentá-la.

- b) O inquérito deverá terminar no prazo de 15 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- c) A autoridade fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará os autos ao juiz competente.
- d) A autoridade assegurará, no inquérito, o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.
- e) Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.

36. A respeito da ação penal, nos termos previstos no Código de Processo Penal, todas as assertivas estão corretas, EXCETO:

- a) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- b) A representação será irretroatável, depois de oferecida a denúncia.
- c) Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao procurador-geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, o que não obriga ao Juiz atender.
- d) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- e) A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.

37. Consoante o Código de Processo Penal, determinará a competência jurisdicional, EXCETO:

- a) o local do domicílio da vítima.
- b) o domicílio ou residência do réu.
- c) a prevenção.
- d) a conexão ou continência.
- e) o lugar da infração.

38. A respeito da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória, todas as assertivas estão corretas, EXCETO:

- a) As medidas cautelares poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente.
- b) As medidas cautelares serão decretadas pelo Juiz,

de ofício ou a requerimento das partes ou, quando no curso de investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.

- c) Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- d) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- e) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 2 (dois) anos.

39. Em relação ao processo comum, previsto no Código de Processo Penal, todas as assertivas estão corretas, EXCETO:

- a) O procedimento será comum ou especial.
- b) O procedimento comum será ordinário, sumário ou sumaríssimo.
- c) Na instrução poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa.
- d) O juiz poderá, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, conceder às partes o prazo de 5 (cinco) dias sucessivamente para a apresentação de memoriais. Nesse caso, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proferir a sentença.
- e) Produzidas as provas, ao final da audiência, o Ministério Público, o querelante e o assistente e, a seguir, o acusado poderão requerer diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução.

40. Em relação ao rito do procedimento comum, no Processo Penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) será ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- b) será sumário, para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.
- c) será sumaríssimo, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- d) será ordinário, para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.
- e) será sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

LÍNGUA PORTUGUESA

41. Sobre a identificação do signatário julgue os itens.

- () as comunicações oficiais devem trazer o nome e o cargo da autoridade que as expede e assinatura.
 - () só não vai haver necessidade de identificação do cargo do signatário se o emissor do documento for o Presidente da República.
 - () o cargo da autoridade que as expede deve estar sempre abaixo da assinatura e do nome do signatário.
- A sequência **CORRETA** da análise dos itens acima é:
- a) V, V e F.
 - b) F, V e F.
 - c) V, V e V.
 - d) F, V e V.
 - e) F, F e F.

42. É uma declaração legal com objetivo comprobatório, baseado em assentamento, registros, documentos ou papéis oficiais.

A definição faz referência a:

- a) Um ofício.
- b) Um aviso.
- c) Um memorando.
- d) Uma certidão.
- e) Uma procuração.

43. É um documento que tem como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e também com particulares.

O excerto acima se refere a:

- a) Um memorando.
- b) Um relatório.
- c) Uma ata.
- d) Uma procuração.
- e) Um ofício.

44. Assinale a alternativa em que a preposição em destaque estabelece relação de causa.

- a) A escolha será **por** sorteio.
- b) Maria morreu **de** felicidade ao ver João.
- c) Joana tem uma linda mesa **de** trabalho.
- d) À noite, andaremos **a** cavalo.
- e) Esta música é **de** Caetano Veloso.

45. Analise os itens abaixo:

I - Uma criança e seu pai passeou pelo Jardim Botânico neste domingo.

II - Há bastante problemas para o chefe do setor judiciário resolver.

III - Os meninos foram à escola no sábado, à tarde. Eles mesmo brincaram no horário do recreio com vários brinquedos.

IV - As cartas anexas ao e-mail serão lidas com muita cautela.

Assinale a alternativa **CORRETA** quanto à concordância.

- a) Somente o item IV está correto.
- b) Os itens III e IV estão corretos.
- c) Nenhum dos itens estão corretos.
- d) Os itens II, III e IV estão corretos.
- e) Somente o item II está correto.

46. Leia as frases a seguir:

A plateia aplaudiu o espetáculo emocionada.

Encontrei mortos os soldados.

Assinale a alternativa **CORRETA** no que diz respeito à análise sintática das palavras destacadas, respectivamente.

- a) Predicativo do sujeito, predicativo do objeto.
- b) Predicado nominal, predicativo do sujeito.
- c) Predicativo do objeto, predicativo do sujeito.
- d) Predicativo do sujeito, predicativo do sujeito.
- e) Predicado do objeto, predicativo do objeto.

47. “Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência nem a ataques à sua honra e à sua reputação.”

Analise as alternativas e assinale aquela que, morfológicamente, classifica corretamente o termo sublinhado.

- a) Pronome.
- b) Conjunção.
- c) Preposição.
- d) Substantivo.
- e) Advérbio.

48. Todas as palavras a seguir recebem acento pelo mesmo motivo que a palavra “IMPORTÂNCIA”, EXCETO:

- a) necessária.
- b) prejuízo.
- c) ocorrência.
- d) indivíduo.
- e) início.

49. “Entre as manifestações da liberdade humana, encontra-se a liberdade de imprensa, que, por sua importância, foi incluída entre os dogmas do Estado liberal burguês (...)”

Analise as alternativas e assinale a **CORRETA** quanto à análise sintática do “SE” no período acima.

- a) Pronominal.
- b) Índice de indeterminação do sujeito.
- c) Agente da passiva.
- d) Conjunção condicional.
- e) Partícula apassivadora.

50. Marque a alternativa que caracteriza corretamente uma *Procuração*.

- a) É um documento que objetiva a comunicação entre órgãos públicos ou pessoa física ou jurídica.
- b) É um documento que finaliza efetuar a um órgão público uma solicitação observando leis vigentes e o direito.
- c) É um documento que objetiva dar uma permissão a terceiros para agir em nome do *emissor* de um documento.
- d) É um documento que significa afirmar um fato a si mesmo ou a terceiros.
- e) É um documento que solicita algo a uma autoridade.